

em destaque:

Prioridades para o Semestre Europeu

O Parlamento Europeu aprovou os relatórios das eurodeputadas **Maria João Rodrigues** (S&D) e **Sofia Ribeiro** (PPE) sobre as prioridades económicas e sociais do Semestre Europeu de 2016, o ciclo anual de coordenação das políticas económicas e orçamentais dos Estados-Membros.

Sofia Ribeiro, relatora da comissão parlamentar do Emprego e Assuntos Sociais, destacou *"a abordagem inteiramente nova proposta neste processo, que consiste na introdução, sem precedentes, de indicadores sociais, nomeadamente a taxa de atividade, o emprego dos jovens e o emprego a longo prazo, na análise de desenvolvimento global dos Estados-Membros. (...) Esta será uma forma de garantir que os desequilíbrios internos nos Estados-Membros sejam ainda avaliados de forma a podermos redesenhar as respetivas reformas económicas e sociais, sempre que necessário. Este é um grande passo que nos permite reforçar o pilar social"*.

"Num momento em que atravessamos várias crises, precisamos de reforçar a coesão interna na UE com uma recuperação económica mais forte e equilibrada", disse Maria João Rodrigues, relatora da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários.

A par destes dois relatórios, foi aprovado um terceiro sobre a **governança do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu** de 2016, elaborado pela eurodeputada britânica Catherine Stihler (S&D), da comissão parlamentar do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores, onde se defende que, para o Semestre Europeu poder promover eficazmente o crescimento económico e estabilizar as economias, tem também de abranger o mercado único e as políticas que visam a sua realização.

Ver pág. 8

UE sem Reino Unido?

O referendo do Reino Unido sobre a sua permanência na União Europeia terá consequências para toda a Europa. A maioria dos eurodeputados defendeu que o Reino Unido ganharia com a sua permanência na UE

Ver pág. 3

Procurar emprego

O Parlamento Europeu aprovou novas regras para **melhorar a rede pan-europeia de procura de emprego EURES**, para que as pessoas que procuram emprego tenham acesso a um conjunto mais vasto de postos de trabalho e os empregadores encontrem mais facilmente candidatos com o perfil que procuram.

Ver pág. 7

Azeite Tunisino

O Parlamento Europeu aprovou alterações à proposta que oferece temporariamente ao azeite tunisino **acesso adicional ao mercado da UE** para apoiar a recuperação económica do país na sequência dos ataques terroristas em Tunes e em Sousse.

Ver pág. 15

Índice

| | |
|--|-----------|
| Presidente do Parlamento Europeu elogia Líbano pelo acolhimento dos refugiados..... | 3 |
| Maiores grupos políticos dizem que UE e Reino Unido ficam melhor juntos que separados..... | 3 |
| Eurodeputados debatem futuro do Reino Unido na UE..... | 4 |
| Parlamento Europeu aprova regras para ajudar na procura de emprego e mobilidade na UE..... | 7 |
| Eurodeputados definem prioridades económicas e sociais para o Semestre Europeu de 2016..... | 8 |
| Azeite: PE a favor de medidas temporárias de apoio à economia tunisina, mas com salvaguardas..... | 15 |
| Ordem do dia da Sessão..... | 18 |

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Presidente do Parlamento Europeu elogia Líbano pelo acolhimento dos refugiados

Na abertura da sessão plenária em Bruxelas, o presidente do Parlamento Europeu deu as boas-vindas ao presidente do parlamento libanês, Nabih Berri, elogiando os esforços do país no acolhimento de refugiados. O Líbano, com quatro milhões de habitantes, acolhe mais de um milhão de refugiados sírios no seu território. *"Merece todo o nosso respeito e agradecimentos"*, disse Martin Schulz.

"O Parlamento Europeu e, seguramente, as outras instituições europeias, estão juntos a seu lado. Bem gostaria de poder dizer o mesmo em relação a todos os Estados-Membros da UE", acrescentou.

Maiores grupos políticos dizem que UE e Reino Unido ficam melhor juntos que separados

Os líderes dos quatro maiores grupos políticos no Parlamento Europeu saudaram o acordo alcançado com o Reino Unido no Conselho Europeu de 18 e 19 de fevereiro face ao referendo sobre a saída ou a permanência do país na UE. A escolha que o povo britânico tem agora de fazer é a de ficar *"dentro ou fora"* da União, referiram alguns eurodeputados, descartando a possibilidade de ser encetada uma renegociação.

Durante o debate com os presidentes do Conselho Europeu, Donald Tusk, e da Comissão, Jean-Claude Juncker, os eurodeputados dos vários grupos políticos apresentaram argumentos a favor e contra a permanência do Reino Unido na UE.

Os eurodeputados comentaram também as posições dos dirigentes europeus em relação à crise dos migrantes e refugiados, apelando a uma ação coordenada dos Estados-Membros e à adoção de medidas adequadas na cimeira com a Turquia, agendada para março.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) – *“Esta foi mais uma cimeira em que ficou patente a falta de ação coordenada europeia, diagnosticando-se, pela enésima vez, que os problemas persistem e que urge agir. Partilho evidentemente as preocupações, mas reitero que tudo isto se deve à falta de ação dos Estados-Membros, incluindo dos países da linha da frente.*

Todos insistem em não perceber que medidas avulsas e unilaterais, que alimentam egoísmos nacionais, tornam cada vez mais difícil uma solidariedade europeia de

facto. Aliás, a falta de solidariedade ficou também patente no compromisso alcançado com o Reino Unido. Sem prejuízo de reconhecer a importância do Reino Unido enquanto membro da União, não é bom princípio aprofundarmos regimes de exceção, que fragilizam os pilares fundamentais da União. A União Europeia é um projeto inacabado e com problemas que temos de resolver. No entanto, devemos fazê-lo em conjunto, e não apenas para que um Estado-Membro possa dizer que os problemas persistem, mas já não o afetam. Para lá do impacto das soluções concretas – ou da falta delas – que resultaram deste Conselho, é a cultura de compromisso e de confiança entre Estados, pilar do projeto europeu, que sai mais afetada”.

Eurodeputados debatem futuro do Reino Unido na UE

O referendo do Reino Unido sobre a sua permanência na União Europeia terá consequências para toda a Europa, defenderam os eurodeputados durante um debate em plenário. A maioria dos eurodeputados defendeu que o Reino Unido ganharia com a sua permanência na UE. Outros insistiram que o país podia beneficiar com a saída.

O acordo alcançado entre o Reino Unido e os restantes vinte e sete Estados-Membros no Conselho Europeu de 18 e 19 de fevereiro tem como objetivo responder aos pedidos de reforma por parte do Reino Unido da sua relação com a UE. O acordo contém várias concessões ao país como a isenção do Reino Unido de trabalhar a favor de uma união mais estreita, de não conceder aos imigrantes provenientes de países da UE de maneira imediata o acesso a prestações sociais e outros benefícios e de não contribuir para a moeda única.

O primeiro-ministro britânico David Cameron afirmou que o acordo era suficiente para que fizesse campanha a favor da permanência do seu país na UE. O acordo só entrará em vigor se os cidadãos quiserem continuar na UE.

"O primeiro-ministro britânico obteve o máximo que poderia obter e os outros Estados-Membros ofereceram-lhe o máximo que podiam. O que me leva a dizer que o acordo com o Reino Unido é justo, equilibrado, respeita os princípios fundamentais da UE e tem em conta as preocupações, os desejos e as sugestões do Reino Unido", afirmou o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.

Manfred Weber (PPE, Alemanha) reiterou o apoio do grupo às principais disposições do acordo. *"Se os cidadãos do Reino Unido decidirem permanecer na UE vão encontrar um parceiro justo no Partido Popular Europeu."* No entanto, também alertou que este é o único acordo disponível e que não haverá mais negociações.

Alguns políticos no Reino Unido têm alegado que o Tribunal de Justiça Europeu poderia anular o acordo, mas durante o debate em sessão plenária Donald Tusk afirmou que o acordo alcançado *"é juridicamente vinculativo e irreversível"* e *"não pode ser anulado pelo Tribunal de Justiça Europeu"*.

Gabriele Zimmer (CEUE/EVN, Alemanha) criticou o acordo por reduzir o pilar social da UE e acrescentou que Margaret Thatcher estava a ser ressuscitada com a aprovação de um modelo de mercado anglo-saxónico radical.

O papel do Reino Unido na UE

Os eurodeputados sublinharam o papel positivo desempenhado pelo Reino Unido na Europa.

Gianni Pittella (S&D) salientou a contribuição do Reino Unido na defesa dos princípios europeus. *“O Reino Unido já fez tanto, foi um fator para a paz e democracia. O melhor lugar para lutar por estes princípios é na União Europeia”*, afirmou. Pittella também insistiu que a permanência do Reino Unido na UE era mais do que um casamento de conveniência: *“o Reino Unido é parte integrante da Europa. Sem a Grã-Bretanha, a Europa não será a mesma”*.

Rebecca Harms, (Verdes/ALE) concordou: *“penso ser evidente que é necessário trabalharmos em colaboração com o Reino Unido. A UE estará melhor com o Reino Unido a bordo”*.

Consequências da saída do Reino Unido

“A saída do Reino Unido vai mudar a Europa para sempre e vai ser uma mudança para pior. Claro que se trata da minha opinião pessoal. O primeiro-ministro Cameron afirmou esta segunda-feira que não estamos na altura de dividir o Ocidente. Não poderia estar mais de acordo,” afirmou o presidente do Conselho Europeu Donald Tusk.

“Vou apoiar a campanha a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia”, afirmou Ashley Fox (ECR, Reino Unido). *“O meu raciocínio é simples. A recuperação da economia britânica embora boa ainda é frágil e não a vou pôr em causa arrancando-nos do mercado único. E também acredito que os meus eleitores estarão mais seguros se continuarmos a nossa cooperação com os nossos parceiros europeus”*, explicou.

Três eurodeputados receberam a responsabilidade de negociar o acordo sobre a reforma da relação do Reino Unido com a UE em nome do Parlamento Europeu: Guy Verhofstadt, Elmar Brok and Roberto Gualtieri.

“Os únicos que ganham com uma Europa dividida são pessoas como Vladimir Putin, Bashar al-Assad, o Estado Islâmico e em vez de estarmos aqui a debater como os enfrentar estamos a mostrar-lhe divisão, que somos fracos”, afirmou Guy Verhofstadt (ALDE).

Elmar Brok (PPE, Alemanha) lembrou que o Reino Unido não terá oportunidade para influenciar a não ser que continue com a Europa. *“Os estados nacionais não conseguem atingir sozinhos o que desejam. Ou conseguimos obter coisas juntos ou não o faremos”*, acrescentou.

Roberto Gualtieri (S&D, Itália) afirmou que o Parlamento não iria tentar impedir ou atrasar a implementação do acordo entre o Reino Unido e a UE. *“Politicamente falando, este debate revela que o acordo recebe o amplo apoio entre nós. Seremos*

justos, manteremos a nossa palavra e agora é a altura dos cidadãos britânicos salvaguardarem a sua prosperidade e o seu futuro.”

A favor da saída do Reino Unido

No entanto, outros eurodeputados defenderam que o Reino Unido beneficiaria com a saída da UE. O referendo *“é uma oportunidade para olhar para o passado e medir os benefícios da sua permanência,”* afirmou Marine Le Pen (ENF, França). *“Podem optar pela liberdade, pela soberania e se o fizerem encontrarão formas de resolver os problemas do mundo moderno”*, acrescentou.

Nigel Farage, (EFDD, Reino Unido) sugeriu que o Reino Unido estaria mais seguro fora da UE. *“Qual é a opção mais segura: mantermo-nos numa organização cujo próprio chefe de polícia nos diz que existem entre três a cinco mil terroristas que estão a chegar ao nosso continente através da crise de migração ou é mais seguro retomar o controlo das nossas fronteiras e da nossa democracia?”*, questionou.

Diane Dodds, uma eurodeputada não inscrita do Reino Unido defendeu a saída do Reino Unido *“ A nossa soberania vai continuar a desgastar-se e a nossa segurança vai continuar em risco. Vamos continuar a enviar milhares de milhões para a UE e as falhas fundamentais vão continuar a existir”*

Carlos Coelho (PPE),– *“Esta foi mais uma cimeira em que ficou patente a falta de ação coordenada europeia, diagnosticando-se, pela enésima vez, que os problemas persistem e que urge agir. Partilho evidentemente as preocupações, mas reitero que tudo isto se deve à falta de ação dos Estados-Membros, incluindo dos países da linha da frente.*

Todos insistem em não perceber que medidas avulsas e unilaterais, que alimentam egoísmos nacionais, tornam cada vez mais difícil uma solidariedade europeia de facto. Aliás, a falta de solidariedade ficou também patente no compromisso alcançado com o Reino Unido. Sem prejuízo de reconhecer a importância do Reino Unido enquanto membro da União, não é bom princípio aprofundarmos regimes de exceção, que fragilizam os pilares fundamentais da União.

A União Europeia é um projeto inacabado e com problemas que temos de resolver. No entanto, devemos fazê-lo em conjunto, e não apenas para que um Estado-Membro possa dizer que os problemas persistem, mas já não o afetam. Para lá do impacto das soluções concretas – ou da falta delas – que resultaram deste Conselho, é a cultura de compromisso e de confiança entre Estados, pilar do projeto europeu, que sai mais afetada”.

Parlamento Europeu aprova regras para ajudar na procura de emprego e mobilidade na UE

O Parlamento Europeu aprovou novas regras para melhorar a rede pan-europeia de procura de emprego EURES. A reforma desta plataforma de mobilidade profissional, já acordada com os governos nacionais, reforça a cooperação entre os serviços de emprego dos Estados-Membros, públicos ou privados, para que as pessoas que procuram emprego tenham acesso a um conjunto mais vasto de postos de trabalho e os empregadores encontrem mais facilmente candidatos com o perfil que procuram.

Esta reforma deverá traduzir-se no aumento do número de parceiros que prestam serviços de mobilidade através da rede EURES, consolidar a cooperação entre organismos de emprego públicos e privados, a fim de abranger uma percentagem mais elevada de postos disponíveis (atualmente, varia entre 30% e 40% do total das vagas) e conferir mais atenção aos jovens.

Os serviços prestados no âmbito da rede EURES são acessíveis aos trabalhadores e empregadores em toda a União e devem respeitar o princípio da igualdade de tratamento. A plataforma comum que reúne as ofertas de emprego e permite apresentar candidaturas a essas vagas "*deverá facilitar o equilíbrio nos mercados de trabalho da União, contribuindo assim para o aumento do emprego*", diz o texto aprovado em plenário.

Cada Estado-Membro terá de disponibilizar ao portal EURES todas as ofertas e todos os pedidos de emprego e de CV disponíveis através dos serviços públicos de emprego e dos outros membros da rede.

Os países da UE poderão, no entanto, excluir certas ofertas de emprego, como aquelas que, "*devido à sua natureza ou às regras nacionais, só estejam disponíveis para os cidadãos de um país específico*" e as relacionadas com categorias de aprendizagens e estágios que fazem parte dos sistemas nacionais de ensino ou que têm financiamento público, no âmbito das políticas ativas de emprego dos Estados-Membros.

Criada em 1993, a EURES é uma rede de cooperação entre a Comissão Europeia e os serviços públicos de emprego dos Estados-Membros da UE, à qual pertencem também a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, além de outras organizações parceiras, como serviços privados de emprego, parceiros sociais e organizações nacionais de empregadores.

O portal é gratuito e presta informações sobre as condições de vida e de trabalho em todos os países participantes, em 25 línguas.

A rede EURES é responsável por aproximadamente 150 mil colocações por ano (50 mil através dos seus consultores e 100 mil através do seu portal), de acordo com dados da Comissão Europeia.

Atualmente, cerca de 7,5 milhões de cidadãos europeus trabalham noutra Estado-Membro, o que equivale a apenas 3,1% da mão-de-obra total. Cerca de 700 mil

pessoas, em média, deslocam-se todos os anos para trabalhar no estrangeiro no interior da UE.

O novo regulamento relativo à rede EURES foi aprovado por 576 votos a favor, 56 contra e 21 abstenções, entrando em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. Algumas disposições, com as relativas à disponibilização de todas as ofertas e pedidos de emprego, serão aplicáveis num prazo de dois anos.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A livre circulação de trabalhadores é uma das quatro liberdades que fundam o mercado interno europeu. O Portal Europeu da Mobilidade – EURES – constitui um importante instrumento para essa mobilidade, na medida em que permite um encontro entre a oferta e a procura de emprego transfronteiriça, mas também como fonte e agregador de informação fiável. Contudo, importa recordar que a política do mercado de trabalho, incluindo todas as medidas de apoio, se mantém na esfera de competências nacionais. Nessa medida, o bom funcionamento de medidas como esta dependem das autoridades nacionais, o que justifica, por exemplo, que os serviços públicos de cada Estado-Membro devem ser designados automaticamente pelos Estados-Membros como membros da rede responsáveis pela aplicação do presente regulamento. Por outro lado, apenas 3,1% da mão-de-obra europeia trabalha noutro Estado-Membro e, em média, apenas 700 mil pessoas se deslocam anualmente. Uma maior utilização desta mobilidade, que permite um maior encontro entre procura e oferta, contribui para mais emprego. Confrontados com um desemprego que permanece com valores preocupantes em alguns países, nomeadamente Portugal, melhorar instrumentos – como o EURES – reveste-se ainda de maior importância. Apoio por isso este relatório”.*

Eurodeputados definem prioridades económicas e sociais para o Semestre Europeu de 2016

O Parlamento Europeu aprovou os relatórios das eurodeputadas Maria João Rodrigues (S&D) e Sofia Ribeiro (PPE) sobre as prioridades económicas e sociais do Semestre Europeu de 2016, o ciclo anual de coordenação das políticas económicas e orçamentais dos Estados-Membros. Os documentos aprovados em plenário vão ser enviados aos governos nacionais antes do Conselho Europeu da primavera, em 17 e 18 de março, dedicado à economia e que conclui a primeira fase do Semestre Europeu.

Reforço do investimento e da procura interna

“Num momento em que atravessamos várias crises, precisamos de reforçar a coesão interna na UE com uma recuperação económica mais forte e equilibrada”, disse Maria João Rodrigues, relatora da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários.

Segundo a eurodeputada socialista, *"do que a Europa precisa é do reforço do investimento e da procura interna, tendo especialmente em conta o elevado excedente externo da zona euro. Ao mesmo tempo, precisamos de uma segunda geração de reformas para melhorar a educação, a inovação, a administração pública, a cobrança fiscal e para assegurar sistemas de segurança social justos e sustentáveis que reduzam as desigualdades sociais. Por exemplo, em Portugal, a austeridade só provocou desemprego, pobreza e emigração, mas também uma amnistia para os mais ricos que fogem aos impostos. Há muitas pessoas que lutam para sustentar as suas famílias ou desistem mesmo de ter filhos. Não melhorou a competitividade do nosso país"*.

"O que está aqui em causa é saber se é possível ou não combinar responsabilidade orçamental com retoma do crescimento, criação de emprego e redução das desigualdades sociais", disse Maria João Rodrigues em plenário. *"Precisamos de prosseguir o reequilíbrio dos nossos orçamentos, mas de uma maneira que não comprometa este movimento pró-crescimento e o investimento estratégico. Devemos também ter em conta o facto de que a Europa enfrenta novos desafios, questões de segurança e, em particular, a crise dos refugiados"*.

A eurodeputada defendeu ainda a necessidade de completar a União Económica e Monetária com uma capacidade orçamental e a União Bancária.

O relatório foi aprovado em plenário por 395 votos a favor, 203 contra e 50 abstenções.

Introdução de indicadores sociais

Sofia Ribeiro, relatora da comissão parlamentar do Emprego e Assuntos Sociais, destacou *"a abordagem inteiramente nova proposta neste processo, que consiste na introdução, sem precedentes, de indicadores sociais, nomeadamente a taxa de atividade, o emprego dos jovens e o emprego a longo prazo, na análise de desenvolvimento global dos Estados-Membros. (...) Esta será uma forma de garantir que os desequilíbrios internos nos Estados-Membros sejam ainda avaliados de forma a podermos redesenhar as respetivas reformas económicas e sociais, sempre que necessário. Este é um grande passo que nos permite reforçar o pilar social"*.

A eurodeputada do PPE afirmou que o seu relatório *"centra-se na necessidade de consolidar as finanças públicas e os sistemas fiscais, dada a frágil situação económica atual de muitos Estados-Membros, e reforça a importância dessa consolidação no sentido de garantir a estabilidade social, não apenas nos tempos atuais, mas preparando o futuro das gerações mais jovens"*. Esta consolidação financeira *"tem de ser acompanhada de políticas de crescimento, que se traduzam num conjunto de reformas estruturais que visem a competitividade e a defesa do papel social dos Estados face aos problemas – também eles estruturais – que enfrentamos atualmente"*, acrescentou.

Em relação à "situação portuguesa", Sofia Ribeiro disse em plenário: *"Não podemos dar-nos ao luxo de fazermos mais experiências na Europa – temos de ter certezas, temos de ter políticas responsáveis e temos de ter políticas devidamente orientadas. Nos últimos dois anos, assistimos, quer a nível do meu país, quer a nível da União Europeia, a uma recuperação económica e social, que é verdade que foi tímida, mas que nos apontou um caminho que devemos prosseguir. Se é verdade – e foi*

reconhecido – que há inúmeros fatores que podem ser revistos e que devem ser revistos – e nós temos essa responsabilidade –, não podemos pôr tudo a perder e não podemos fazer a mudança só pela mudança. (...) Precisamos de estabilidade nas nossas políticas públicas e precisamos de ganhar a confiança dos nossos investidores".

O relatório foi aprovado por 404 votos a favor, 201 contra e 35 abstenções.

Mercado interno e PME

A par destes dois relatórios, foi aprovado um terceiro sobre a governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2016, elaborado pela eurodeputada britânica Catherine Stihler (S&D), da comissão parlamentar do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores. O documento, aprovado por 462 votos a favor, 166 contra e 7 abstenções, defende que, para o Semestre Europeu poder promover eficazmente o crescimento económico e estabilizar as economias, tem também de abranger o mercado único e as políticas que visam a sua realização.

Os eurodeputados apelam à inclusão do pilar do mercado único no Semestre Europeu, *"com um sistema regular de monitorização, identificação dos obstáculos específicos por país ao mercado único e avaliação da integração do mercado único e da competitividade centrado num conjunto de domínios prioritários, em que a tomada de medidas geraria o maior impacto no crescimento e no emprego, incluindo o desenvolvimento sustentável de empresas – o que abrangeria de igual modo as PME"*.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Sofia Ribeiro (PPE), relatora. –*“ Senhora Presidente, o relatório sobre os aspetos sociais e de emprego do Semestre Europeu visa transformar a União Europeia numa Europa social moderna, atendendo às potencialidades e aos desafios atuais, e salienta as medidas concretas que é necessário implementar para equilibrar as dimensões económica e social e para impulsionar um desenvolvimento social sustentável. Foca o facto de os sistemas económico e financeiro visarem a melhoria das condições de vida dos cidadãos, e essa é a principal razão pela qual precisamos de prosseguir com a consolidação desses sistemas. Apresentando como objetivo o desenvolvimento social, que se deve apresentar de forma transversal a todas as políticas da União, propõe a monitorização dessas mesmas políticas e salienta que os Estados-Membros e as instituições europeias precisam de garantir, de forma responsável, a estabilidade a longo prazo das suas escolhas políticas e orçamentais para podermos prosseguir rumo a um crescimento sustentável. Neste sentido, este relatório centra-se na necessidade de consolidar as finanças públicas e os sistemas fiscais, dada a frágil situação económica atual de muitos Estados-Membros, e reforça a importância dessa consolidação no sentido de garantir a estabilidade social, não apenas nos tempos atuais, mas preparando o futuro das gerações mais jovens.*

Como temos visto nos últimos anos, a resiliência dos Estados-Membros à crise financeira está ligada à capacitação das suas finanças públicas, e os que têm os piores resultados são aqueles com economias mais instáveis e com défices maiores. Esta consolidação financeira tem de ser acompanhada de políticas de crescimento, que se traduzam num conjunto de reformas estruturais que visem a competitividade e a defesa do papel social dos Estados face aos problemas – também eles estruturais – que enfrentamos atualmente. A sustentabilidade dos sistemas de segurança social e

de previdência social e dos regimes de pensões são, talvez, o exemplo mais paradigmático deste desafio, face à tendência de envelhecimento da população europeia prevista para os próximos anos. A educação assume-se igualmente como um pilar fundamental para o desenvolvimento, competindo-nos garantir que os sistemas educativos conferem aos jovens as competências necessárias, especialmente nas novas áreas laborais, de que são exemplos a economia digital, verde e azul. É igualmente uma área essencial para suprir as necessidades das empresas, que constituem o primeiro motor de desenvolvimento. Defendemos que as políticas europeias devem ainda potenciar o investimento público e privado a nível europeu, mas esse investimento tem de ser orientado para projetos que garantam o retorno económico e/ou social e deve potenciar o crescimento, não podendo nunca constituir um mecanismo de mero aproveitamento de fundos públicos. Finalmente, gostaria de salientar a abordagem inteiramente nova proposta neste processo, que consiste na introdução, sem precedentes, de indicadores sociais, nomeadamente a taxa de atividade, o emprego dos jovens e o emprego a longo prazo, na análise de desenvolvimento global dos Estados-Membros. Caso este relatório seja aprovado, o Parlamento estará a dar à Comissão e ao Conselho uma forte mensagem de que, a par de outros indicadores já existentes, como os do domínio económico e financeiro, devemos ter mecanismos para aferir em que medida as nossas políticas estão a repercutir-se na vida diária dos nossos concidadãos. Esta será uma forma de garantir que os desequilíbrios internos nos Estados-Membros sejam ainda avaliados de forma a podermos redesenhar as respetivas reformas económicas e sociais, sempre que necessário. Este é um grande passo que nos permite reforçar o pilar social. Para concluir, Senhora Presidente, quero agradecer aos colegas relatores-sombra dos restantes grupos políticos, que, com grande empenho, me acompanharam num esforço conjunto para chegarmos a uma posição comum”.

Carlos Coelho (PPE) “por escrito. – *O Semestre Europeu tem como fim coordenar as políticas económicas e orçamentais da União Europeia, de modo a aumentar a estabilidade, promover o crescimento económico e o emprego e reforçar a competitividade. É impossível dissociar o Mercado Único deste exercício, na medida em que representa a espinha dorsal dos Estados-Membros e é um instrumento fundamental para fomentar o crescimento, o emprego e a competitividade. Apoio o Relatório Stihler por considerar vital incluir o Mercado Único como Pilar no Semestre Europeu, nomeadamente através de um sistema de monitorização e avaliação regulares da integração do Mercado Único e da competitividade. Sublinho a especial atenção que deve ser dada a aplicação da legislação já existente e que não é cumprida pelos Estados-Membros, à eliminação dos obstáculos não pautais ainda existentes no Mercado, bem como ao desafio da digitalização do Mercado, que cria todo um novo paradigma para investidores, empresas e consumidores. O investimento no setor das TIC é crucial se queremos ter uma vantagem concorrencial. A criação de um mercado único digital vai mudar as nossas vidas e o modo como interagimos, mudando os padrões de comportamento dos consumidores e dos agentes económicos. Há, pois, que desbloquear o potencial não aproveitado do Mercado Único neste domínio”.*

Carlos Coelho (PPE) por escrito. “*Ao longo de seu primeiro ano de trabalho, a Comissão Europeia apresentou iniciativas ambiciosas para apoiar o emprego e o crescimento, reforçar a convergência económica e reforçar a justiça social. As prioridades económicas da Análise Anual do Crescimento permanecem válidas, mas os esforços políticos devem ser reforçados para 2016. Apoio o excelente relatório da*

colega Sofia Ribeiro, que salienta a necessidade de articulação da dimensão económica e social e estabelece medidas concretas para impulsionar um desenvolvimento social sustentável, transversal a todas as políticas da União, propondo a sua monitorização. Sublinho a necessidade de se investir nas pessoas o mais cedo possível, a fim de reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, e aplaudo a proposta da Comissão de reforçar a Garantia para a Juventude e a abordagem individualizada do desemprego de longa duração. Defendo que as reformas socialmente responsáveis devem basear-se na solidariedade, na integração e na Justiça Social, protegendo os grupos mais vulneráveis. Este desiderato não pode ser dissociado de uma promoção ao crescimento sustentável conducente à criação de mais empregos, estimulando-se o empreendedorismo. Neste sentido, uma melhor utilização dos fundos europeus na promoção da coesão social, económica e territorial é desejada”.

Carlos Coelho (PPE), por escrito. *“O Semestre Europeu é um dos instrumentos para a coordenação económica dos Estados-Membros. Os seus principais objetivos são a prossecução de reformas estruturais que promovam o emprego e o crescimento, políticas orçamentais sustentáveis e a prevenção de desequilíbrios macroeconómicos. Com efeito, o crescimento sustentável apenas pode ser alcançado com uma combinação destes três elementos. Os orçamentos nacionais necessitam de ser equilibrados e, especialmente em casos como o português, urge continuar o trabalho de desoneração do futuro, através de uma diminuição consistente do défice. Por outro lado, os programas de financiamento europeus, como o Horizonte 2010 ou o chamado "plano Juncker", devem ser utilizados para estimular investimento "inteligente", ou seja, com efeitos duradouros na geração de emprego e na produção de riqueza. Por último, é evidente que cada país não pode ser considerado apenas na sua individualidade, mas também no contexto mais abrangente de toda a União Monetária e Económica. Necessitamos, por isso, de uma atuação coordenada da União. Congratulo-me pelo controlo democrático às políticas de coordenação económica que constitui este relatório, esperando, contudo, que este exercício de escrutínio possa ser melhorado, na senda do proposto pelo relatório dos cinco presidentes em Junho de 2015”.*

Maria João Rodrigues (S&D), rapporteur. – *“Madam President, we are at an important moment for the European Semester because Parliament can deliver today three important reports which deal with a situation that is quite unique in the European Union. We are dealing with overlapping crises and, if you want to cope with these overlapping crises, it is certain that we need to strengthen the internal cohesion of the European Union. This will depend a lot on delivering a much stronger and more balanced recovery. I have the pleasure to present today the report adopted by the Committee on Economic and Monetary Affairs. I am very grateful to my colleagues, because I believe that it was possible to reach a very useful compromise with real added value for the situation in the European Union. The starting point of our report is to say that the European Semester should be used to pursue the rebalancing of our budgets and relevant reforms, but also to implement the Europe 2020 strategy for growth and jobs, because we believe that, in the end, the future of Europe will depend on this kind of competitiveness geared to the future, based on energy transition, digital solutions and bringing about more and better jobs.*

But if this is the case, the policy mix should be fully supported for this ambition. This means that in the policy mix to be implemented in the coming year, pushing for

investment should be a top priority. This means making the best of the available tools, starting with the European investment plan, but also completing the banking union to make access to credit much easier for small and medium-sized enterprises. We do, of course, also need reforms, but we believe that we need a second generation of reforms pushing for education, innovation and good public administration and ensuring sustainable welfare systems. And, of course, we need to pursue the fiscal rebalancing of our budgets, but in such a way that we do not undermine this pro-growth move and the strategic investment we need to address. We should also take into account the fact that Europe is confronted with new challenges, security issues and, in particular, the refugee crisis. I believe that the most important value in our report is the way to manage the euro area, because we recognise that the euro area is an economic entity deserving an appropriate policy mix. That is why we recommend that the investment gap which is there in the euro area should be addressed by sharing the contributions from different countries, particularly those with more fiscal space. The same should happen when it comes to reducing macroeconomic imbalances because, on the one hand, we need more-competitive countries to expand internal demand and, on the other, we need less-competitive countries to increase their competitiveness – not by reducing wages and social conditions but rather by investing in the future. These are important conclusions. We believe that it is crucial to organise upward convergence in the eurozone, assuming that economic and social objectives should be treated in the same way. This can only be delivered if we complete economic and monetary union with a fiscal capacity and the banking union”.

Elisa Ferreira (S&D) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário Dombrovskis, Conselho, bem-vindos. Começo por agradecer a toda a equipa de colegas que foram relatores e, em particular, a Maria João Rodrigues, pelo ECON, este excelente relatório. A mensagem que o relatório traz é muito clara: diz que é altura de alterar a agenda económica da Europa. Hoje, nos Estados Unidos, a crise de 2008 pertence aos manuais de História. Na União Europeia, no entanto, continuamos a «patinar» (desculpem o plebeísmo) numa recuperação excessivamente débil e no desemprego. As expectativas, hoje, para a indústria alemã estão, infelizmente, ao nível de 2008-2009. A banca e os seguros começaram de novo a dar sinais de tensão, porque não há bons negócios se não houver boas empresas rentáveis, e não há empresas rentáveis sem procura interna e sem investimento, por mais baixa que seja a taxa de juro. Na economia, não pode só ver a oferta, tem de haver procura, e a política económica que temos seguido tem extinguido essa procura, através de uma austeridade excessiva. Hoje, qualquer oscilação na economia dos Estados Unidos ou da China perturba a União. É preciso reajustar a política orçamental e introduzir simetria no ajustamento entre países deficitários e países excedentários. É preciso proteger o investimento estratégico – e parece que, sobre isso, há um consenso. E é preciso completar a união bancária, ou a União Europeia perderá o controlo sobre o seu próprio destino. Portugal é, neste aspeto, um bom exemplo de que é possível cumprir as regras europeias e assumir uma política mais estimulante do crescimento económico e do emprego. Mas é preciso que a União e a Comissão, em particular, bem como o Conselho, estejam disponíveis para apoiar alternativas como estas e também para mudarem a dominante que, até agora, tem existido na política geral da própria união monetária. Com tantos problemas a ameaçarem a União, tenhamos a inteligência resolver a componente económica, porque essa está nas nossas mãos. Espero que assim aconteça”.*

Miguel Viegas (GUE/NGL) *“Senhora Presidente, As perspetivas de crescimento para 2016 representam o ponto de partida de um processo ao qual nos opomos firmemente. O Semestre Europeu e a governação económica estão no centro de uma estratégia de domínio neoliberal das políticas orçamentais dos Estados nacionais. As orientações constantes do relatório, que deverão ser seguidas pelos governos, insistem nas mesmas receitas que semearam a pobreza e o desemprego em toda a Europa, impedindo, na prática, qualquer estratégia alternativa para fazer face à crise com políticas de estímulo ao crescimento baseado em investimento público e no aumento da procura agregada. Não há manobras de cosmética, sejam elas do ponto de vista social ou passando pelo maior envolvimento deste Parlamento, que apaguem o carácter profundamente antidemocrático da União Económica e Monetária, que impõe, à revelia do interesse das populações e dos trabalhadores, as suas políticas neoliberais de concentração da riqueza. Continuamos convictos de que só o fim da união económica e monetária e do euro poderá abrir caminho a políticas alternativas de desenvolvimento”*.

Joao Pimenta Lopes (GUE/NGL) *“Senhora Presidente, estamos perante um conjunto de documentos que prosseguem o aprofundamento do Semestre Europeu e das políticas de governação económica, numa postura de maquilhagem e branqueamento dos seus objetivos e das suas consequências. Vende-se a mentira destes instrumentos como a via para o desenvolvimento, o crescimento económico e a convergência quando, ao invés, são instrumentos que comprometem a soberania dos Estados, que promovem as assimetrias desenvolvimento, a concentração de capital, as desigualdades sociais, o ataque aos direitos dos trabalhadores e a precarização do trabalho. Rejeitamos o Semestre Europeu e as políticas de governação económica, contrariando qualquer tentativa de branqueamento ou legitimação das políticas de empobrecimento e de austeridade. Afirmamos a necessidade de romper com estas políticas e de, em oposição, reforçar a soberania dos Estados e fazer suportar o desenvolvimento e o crescimento económico e sustentável por via do controlo público de setores estratégicos, no trabalho com direitos e salários dignos”*.

(O orador recusa responder a uma pergunta "cartão azul" do Deputado Nuno Melo)

Marisa Matias (GUE/NGL) *“Senhora Presidente, Senhor Drombovskis, dirijo-me diretamente a si. As instituições europeias foram responsáveis pelo fracasso resultante da austeridade e entraram em estado de negação. Há persistência no desastre económico e social, mascararam-na e chamaram-lhe o cumprimento ou o incumprimento das regras. Mas, quando vamos a ver o comportamento da Comissão, encontramos tudo menos regras e critérios. Diferentes países merecem diferente tratamento, consoante o tamanho, consoante reajam ou não às reformas estruturais, mas, sobretudo, consoante aquilo que é a agenda ideológica da Comissão Europeia, que tem a ver com a flexibilização do mercado de trabalho, com privatizações e com o desmantelamento do Estado social. Nós olhamos para as deliberações da Comissão Europeia, por exemplo, relativamente a Portugal, Espanha, Itália, França e à Áustria: critério, nenhum; igualdade, nenhuma; arbitrariedade total. E, portanto, quero perguntar-lhe, Senhor Comissário, se quer mesmo continuar neste caminho, porque aqueles que mais cumpriram – os chamados bons alunos – foram os que tiveram piores resultados”*.

Nuno Melo (PPE) *“Senhora Presidente, estamos de acordo quanto aos inconvenientes das políticas de austeridade. Mas, a começar, é preciso que alguns*

dos que apelam à solidariedade dos que cumprem regras não tornem inevitável a austeridade, como sucedeu em Portugal, governando mal os socialistas até 2009. Um país que gasta mais do que pode pagar condena-se intoleravelmente e endivida as gerações futuras. Foi por isso que as opções de despesa absurdas até 2009 significaram – condição necessária – défice, dívida, desemprego, recessão, incapacidade de financiamento nos mercados e a troica. Agora, em 2016, os mesmos socialistas que governam, tendo perdido as eleições, insistem de novo em orçamentos fantasistas, onde preveem crescimento acima – veja-se lá – da própria média da União Europeia. Já vimos esse filme. Temo bem que saiba como isto vai acabar”.

Azeite: PE a favor de medidas temporárias de apoio à economia tunisina, mas com salvaguardas

O Parlamento Europeu aprovou alterações à proposta que oferece temporariamente ao azeite tunisino acesso adicional ao mercado da UE para apoiar a recuperação económica do país na sequência dos ataques terroristas em Tunes e em Sousse. As emendas incluídas pelos eurodeputados na proposta apresentada pela Comissão visam acautelar eventuais perturbações no setor do azeite europeu, que constitui parte importante da economia de alguns Estados-Membros, em especial do Sul, como Portugal.

O regulamento proposto pelo executivo comunitário prevê a concessão de um contingente pautal anual, com isenção de direitos, de 35 mil toneladas para as exportações de azeite da Tunísia para a UE em 2016 e 2017 (ou seja, 70 mil toneladas no total). Esta quota seria aberta após o esgotamento das atuais 56.700 toneladas, também isentas de direitos, consagradas no Acordo de Associação UE-Tunísia.

Para acautelar eventuais perturbações no setor do azeite europeu, os eurodeputados querem que o executivo comunitário realize uma "*avaliação intercalar do impacto no mercado oleícola da União*" a partir da entrada em vigor destas disposições e que, caso se verifique que o mercado europeu é afetado, proponha medidas corretivas para restabelecer a situação.

O PE rejeitou também a possibilidade de ser considerada uma extensão do período de aplicação destas medidas excecionais e temporárias se a situação do mercado ou o progresso nas negociações do acordo de comércio livre abrangente e aprofundado entre a UE e a Tunísia, encetadas em outubro de 2015, o justificassem.

O PE clarifica ainda que estas medidas se aplicam ao azeite "*totalmente produzido na Tunísia e transportado diretamente da Tunísia para a União*".

O azeite é o principal produto agrícola da Tunísia exportado para a UE. O setor oleícola constitui parte importante da economia do país, tal como de algumas regiões de certos Estados-Membros, em especial do Sul.

A proposta emendada foi aprovada por 475 votos a favor, 126 contra e 35 abstenções. O PE e o Conselho entrarão em negociações para chegarem a um acordo sobre o texto final.

O PE aprovou, em paralelo, uma resolução sobre a abertura de negociações tendo em vista a celebração de um acordo de comércio livre entre a UE e a Tunísia.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Fernando Ruas (PPE) *“Senhora Presidente, naturalmente que somos a favor da solidariedade da União Europeia para com os países em dificuldade e, em especial, os que são alvo de ataques, como foi o caso da Tunísia. No entanto, manifestamos as nossas reservas quanto à forma como a solidariedade, neste caso concreto, pretende ser exercida, não só porque pode vir a prejudicar, uma vez mais, um setor com algumas debilidades, mas porque é possível dispor de outros instrumentos existentes no âmbito das políticas externas, da política de vizinhança e da política humanitária, entre outras, ou de mecanismos de reforço da economia e de estabilização política do país em apreço. Paralelamente, todos sabemos da importância que o setor do azeite assume para as economias dos países mediterrânicos, como é o caso de Portugal. Também por essa ordem de razão, o princípio da solidariedade não deve valer apenas para fora da União Europeia, mas também no seio da União Europeia, o que equivale a dizer que deve haver uma maior proteção do setores-chave para a economia dos Estados-Membros e alternativas mais justas e adequadas para apoiar a economia dos países terceiros. O meu voto irá, assim, refletir a minha posição nesta matéria”.*

Carlos Coelho (PPE) *“Sou solidário com a Tunísia, que procura consolidar a sua democracia e recuperar uma economia que se viu ainda mais prejudicada com os atentados terroristas de 2015 em Tunes e em Sousse. Concordo que a UE deve dar apoio que favoreça o desenvolvimento económico da Tunísia. Esta solidariedade, porém, deve constituir um esforço de toda a UE e não se traduzir principalmente numa penalização dos países do sul da Europa. Esta proposta visa facilitar a entrada no mercado europeu com isenção de direitos de 70.000 toneladas de azeite, a acrescentar às 56.700 previstas no Acordo de Associação. Como a Comissão de Agricultura do PE recorda, a UE é o líder mundial no setor do azeite, cuja produção representa o principal sustento económico e social das regiões produtoras, assegurando milhares de postos de trabalho em muitas regiões dos países da UE mais gravemente atingidas pela crise económica. Acresce que a tendência da evolução do azeite nos últimos dez anos tem sido a queda contínua dos preços e a diminuição da rentabilidade das culturas, como consequência de um aumento constante dos custos de produção. Por tudo isto, abstive-me na votação final, uma vez que não foram aprovadas as alterações que subscrevi.”*

Pedro Silva Pereira (S&D) *“Senhora Presidente, Senhora Comissária, comecemos pelo mais importante: a União Europeia já tinha a obrigação política de ser fiel ao compromisso de reforçar as relações comerciais com a Tunísia; tem agora também a obrigação moral de apoiar ainda mais a Tunísia, depois dos ataques terroristas, que atingiram gravemente a economia tunisina. Faz, por isso, todo o sentido apoiar o setor do azeite na Tunísia, embora tenhamos de ter em conta também que o setor do azeite é um setor importante para vários países do sul da Europa. Por isso, devem ficar claras duas coisas: primeiro, que se trata de medidas realmente excecionais e temporárias para vigorar não mais de dois anos; segundo, como proposto pela nossa relatora, que ficam sujeitas a um mecanismo de avaliação e salvaguarda, que permita a sua suspensão no caso de se revelar perturbação grave do mercado europeu do*

azeite. Dessa forma, seremos solidários com a Tunísia, como é nosso dever, e daremos a tranquilidade necessária ao setor do azeite europeu”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhora Presidente, a Tunísia atravessa um período de fortes conturbações e é um país merecedor da solidariedade europeia. O contingente suplementar concedido para a exportação de azeite para a União Europeia faz parte desta abordagem de solidariedade. Tal como para a Tunísia, o setor do azeite é relevante para a economia agrícola europeia, e cabe zelar pela sua resiliência. Como em qualquer relação comercial bilateral com a União Europeia, devem tomar-se as devidas precauções para garantir a estabilidade no mercado interno setorial, bem como os requisitos de qualidade das importações. Considero, portanto, que as devidas instâncias devem dispor de mecanismos de alerta para potenciais desequilíbrios no funcionamento do mercado oleícola da União Europeia, o que passa por um seguimento regular das quantidades importadas. Considero ainda que esta medida deve ser implementada sem querer instituir qualquer precedente no processo negocial entre União Europeia e a Tunísia sobre o estabelecimento de uma zona de comércio livre”.*

Ordem do dia 24 e 25 de Fevereiro de 2016

► Quarta-Feira, 24 de Fevereiro

15:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 18 e 19 de fevereiro de 2016 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

Discussão conjunta - Semestre Europeu de 2016

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2016 - *Relatório: Maria João Rodrigues (A8-0030/2016)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2016 - *Relatório: Sofia Ribeiro (A8-0031/2016)*

A governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2016 - *Relatório: Catherine Stihler (A8-0017/2016)*

Rede europeia de serviços de emprego, acesso dos trabalhadores a serviços de mobilidade e desenvolvimento da integração dos mercados de trabalho - *Relatório: Heinz K. Becker (A8-0224/2015)*

Discussão conjunta - Relações comerciais entre a UE e a Tunísia

Introdução de medidas comerciais autónomas de emergência para a Tunísia - *Relatório: Marielle de Sarnez (A8-0013/2016)*

Abertura das negociações relativas a um Acordo de Comércio Livre UE-Tunísia - *Declaração da Comissão*

Preparação da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 26 de Maio

09:00 - 11:20

Atividades do Provedor de Justiça Europeu em 2014 - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0020/2016)* 3

Acordo sobre tabaco (acordo com a PMI) - *Perguntas orais (O-000010/2016 - B8-0109/2016) (O-000014/2016 - B8-0110/2016) (O-000015/2016 - B8-0111/2016) (O-000016/2016 - B8-0112/2016) (O-000017/2016 - B8-0113/2016) (O-000018/2016 - B8-0114/2016) (O-000019/2016 - B8-0115/2016)*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Autorização para que a Áustria e Malta adiram à Convenção da Haia, de 15 de novembro de 1965 - *Recomendação: Viktor Uspaskich (A8-0018/2016)*

Acordo entre a União Europeia e São Marinho relativo à troca automática de informações sobre contas financeiras - *Relatório: Cora van Nieuwenhuizen (A8-0025/2016)*

Adesão da Croácia à Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros da União - *Relatório: Tomáš Zdechovský (A8-0019/2016)*

Rede europeia de serviços de emprego, acesso dos trabalhadores a serviços de mobilidade e desenvolvimento da integração dos mercados de trabalho - *Relatório: Heinz K. Becker (A8-0224/2015)*

Introdução de medidas comerciais autónomas de emergência para a Tunísia - *Relatório: Marielle de Sarnez (A8-0013/2016)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2015/007 BE/ Hainaut- Namur Glass - *Relatório: Tomáš Zdechovský (A8-0029/2016)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2016 - *Relatório: Maria João Rodrigues (A8-0030/2016)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspetos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2016 - *Relatório: Sofia Ribeiro (A8-0031/2016)*

A governação do Mercado Único no âmbito do Semestre Europeu de 2016 - *Relatório: Catherine Stihler (A8-0017/2016)*

Abertura das negociações relativas a um Acordo de Comércio Livre UE-Tunísia - *Propostas de resolução*

Atividades do Provedor de Justiça Europeu em 2014 - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0020/2016)*

Relatório anual de 2014 do Banco Central Europeu - *Relatório: Notis Marias (A8-0012/2016)*

Abertura das negociações relativas a um Acordo de Comércio Livre com a Austrália e a Nova Zelândia - *Propostas de resolução*

Introdução de sistemas de registo de animais de companhia que sejam compatíveis em todos os Estados- Membros - *Propostas de resolução*

A situação humanitária no Líbano - *Propostas de resolução*